

# O Olho do Dono

Com - Brasil

“Ninguém mora na União”, já dizia o ex-ministro Hélio Beltrão, ao defender uma reforma tributária para garantir maior fatia da receita tributária aos municípios e evitar que os prefeitos vivessem em peregrinação a Brasília à procura de verbas e favores oficiais.

Mais de quatro mil prefeitos eleitos em 15 de novembro tomaram posse no domingo com substancial reforço da receita tributária da União (Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados e outros impostos) garantido desde o dia primeiro pela Constituição.

Precisam, pois, os novos prefeitos não se deixar levar pela euforia dos cofres repentinamente reabastecidos. O Plano Cruzado trouxe lições amargas para as prefeituras, especialmente as das grandes capitais. Com o grande aumento do consumo e o aparente controle da inflação, os cofres municipais foram abastecidos de um dia para o outro. Obras adiáveis ou discutíveis foram contratadas, aumentos generosos foram concedidos, novos funcionários foram empregados, inchando a folha de pessoal. Quando veio a ressaca do plano no segundo semestre de 1987, as prefeituras precisaram mendigar verbas federais.

A mudança operada pela Constituição é uma reparação há muito reivindicada. Não fazia sentido a extrema dependência dos municípios a Brasília, alguns com orçamentos maiores do que de muitos estados brasileiros e com problemas urbanos urgentes. Não podiam continuar dependentes do tráfego de influência nos guichês federais. Prefeitos cuidam do dia-a-dia da cidade. A indústria da liberação de verbas *cobrava* de 15% a 25% do seu valor pela intermediação. Criava-se assim a margem para a corrupção.

O cidadão, que em última instância paga os impostos que a União devolve ao município em que vive, não tem, contudo, razão para dormir tranqüilo, acreditando que o dinheiro público será mais bem aplicado. O Plano Cruzado trouxe outra lição: o funcionalismo está muito mais organizado para avançar nas verbas públicas, sob a forma de aumentos e planos de reclassificação. A tentação dos novos prefeitos de ficar bem com os funcionários *da casa* também é grande. Outro perigo são as empresas de obras públicas, que já batem às portas das prefeituras com a oferta de projetos mirabolantes.

No estágio em que se encontram as cidades brasileiras, a prioridade é botar a casa em ordem. Limpar as ruas, restaurar os serviços públicos tão carentes, tapar buracos. Os buracos das calçadas, que só esperam a hora de ganhar as ruas, e os das ruas, que danificam os carros. Em seguida, quase simultaneamente, enxugar a máquina administrativa. É indispensável cortar o excesso de pessoal para reduzir gastos periculários.

A realização de novas obras deve ser adiada, exceto casos excepcionais. A conjuntura inflacionária indica que os custos das obras públicas podem se tornar incontrolláveis, até que a inflação baixe a níveis suportáveis. De outra parte, uma das formas de reduzir as pressões inflacionárias é o ataque, por todos os lados, aos focos dos gastos públicos. Do plano municipal ao federal.

É isso o que espera o cidadão que votou em 15 de novembro. Mas que não se iluda. A sociedade precisa organizar seus canais locais de vigilância sobre a ação dos novos prefeitos. Do contrário, prevalecerá o tradicional esquema de gastos, e as novas verbas terão destinações improdutivas, tornando inócua a reforma tributária.

- 3 JAN 1989

JORNAL DO BRASIL